



O canto de Eliane Potiguara em *Metade cara, metade máscara*

Marina Beatrice Ferreira Farias*

Izabela Guimarães Guerra Leal**

Atualmente, vivenciamos uma maior visibilidade e valorização da literatura como porta-voz das minorias sociais, fruto de diferentes contextos, etnias e origens. Esse olhar, dirigido a outros caminhos e outras histórias que não fazem parte do contexto clássico do homem branco eurocêntrico, vem se manifestando pelas várias publicações no mercado editorial voltadas para escritores indígenas. Dentre elas, destaca-se o livro *Metade cara, metade máscara*, da ficcionista e poeta Eliane Potiguara, publicado em 2018.

A publicação de livros cuja autoria seja atribuída a lideranças e escritores indígenas é de suma importância para a resistência desses povos. No caso de Eliane Potiguara, sua trajetória é marcada pela violência da colonização que obrigou seus antepassados a migrarem de sua aldeia para a cidade, o que fez com que a autora passasse a maior parte da infância enclausurada em um quarto pela avó, em uma tentativa de protegê-la e manter vivos os costumes passados de geração a geração. Portanto, a voz de Eliane Potiguara configura uma entre tantas vozes de indígenas desaldeados. Daí a importância de uma pesquisa que se ponha à escuta dessa voz. No livro *Desocidentada: experiência literária em terra indígena* (2009), a

* Graduanda no Curso de Licenciatura em Letras da Universidade Federal do Pará (UFPA).

** Professora adjunta de Literatura Portuguesa da Universidade Federal do Pará (UFPA).

pesquisadora Maria Inês de Almeida explica qual a importância da escrita para os povos indígenas:

Como discurso político, o livro demanda e provoca uma escuta. Antes da posse dos instrumentos da escrita, os índios não puderam impor sua fala, porque não havia condições de possibilidade para uma leitura do texto oral. Agora, as falas contidas nos livros indígenas recém-publicados encontram, embora transformadas, a forma visível. Os próprios índios passam a configurar, através das formas impressas (letras e desenhos), seus traços culturais e suas diferenças mais marcantes (p. 91).

Além da escuta, se faz necessário investigar o lugar que a poesia de Eliane Potiguara constrói na literatura, já que a produção escrita de autoria indígena constitui um acervo ainda pequeno, como afirma Cláudia Neiva Matos no artigo “Textualidades indígenas do Brasil”: “no universo da comunicação verbal indígena [...] a quase totalidade desse patrimônio foi constituída na tradição oral. A produção de literatura escrita, por autores individualizados, é caso ainda muito excepcional” (2012, 9). Isso se explica, nas palavras de Maria Inês de Almeida, pelo fato de que “os índios não precisam da escola e da escrita para contar suas histórias [...]. Eles precisam dela para se representarem, representando seu universo, para o mundo fora da aldeia” (2009, 78). Esse é o lugar da trajetória de Eliane Potiguara, em que o “estar em casa” é sempre uma ausência, e a identidade se torna o limiar conflituoso entre povos, um rasgo, uma fronteira, como fica explícito nos versos do poema *Pankararu*: “Não somos daqui / Nem de acolá... / Estamos sempre ENTRE / Entre este ou aquele / Entre

isto ou aquilo!” (2018, 62). O conceito de “entre-lugar”, proposto por Silviano Santiago no ensaio “O entre-lugar do discurso latino-americano”, busca explicar de que forma o discurso latino-americano se inscreve no Ocidente:

A América Latina institui seu lugar no mapa da civilização ocidental graças ao movimento de desvio da norma, ativo e destruidor, que transfigura os elementos feitos e imutáveis que os europeus exportavam para o Novo Mundo. Em virtude do fato de que a América Latina não pode mais fechar suas portas à invasão estrangeira, não pode tampouco reencontrar sua condição de “paraíso”, de isolamento e de inocência, constata-se com cinismo que, sem essa contribuição, seu produto seria mera cópia – silêncio. [...] O silêncio seria a resposta desejada pelo imperialismo cultural, ou ainda o eco sonoro que apenas serve para apertar mais os laços do poder conquistador. Falar, escrever, significa: falar contra, escrever contra (2000, 17).

A partir desse conceito, percebe-se que a poesia de Eliane Potiguara cria um novo espaço na literatura brasileira, que obedece historicamente a uma tradição ocidental e europeia, e que, de forma ainda recente, está sendo ocupado pela escrita feminina e indígena. Esse lugar é marcado por uma trajetória pessoal repleta de dor causada pela violência colonizadora e pela ausência das terras tradicionais dos antepassados da escritora. Porém, é justamente através da escrita em língua portuguesa, instrumento consolidado por meio da colonização, que Eliane encontra um refúgio, um meio de se expressar, um instrumento de luta por direitos e uma forma de

resgate da ancestralidade e da espiritualidade indígenas. Portanto, o conceito de entre-lugar se mostra como o mais adequado para compreender o espaço ocupado pela poesia de Eliane Potiguara na contemporaneidade.

O lugar do canto indígena

O livro *Metade cara, metade máscara*, de Eliane Potiguara, foi publicado pela primeira vez pela editora Global em 2004. Sua segunda edição foi feita em janeiro de 2018, pela UK'A, editora vinculada ao Instituto UK'A – Casa dos Saberes Ancestrais, uma organização sem fins lucrativos e de caráter educativo e cultural, formada por indígenas e não indígenas. Após a primeira publicação de *Metade cara, metade máscara*, Potiguara escreveu e publicou outros livros, como *O coco que guardava a noite* (2012), *O pássaro encantado* (2014), *A cura da terra* (2015), entre outros. Assim como Eliane Potiguara, outros autores indígenas se destacam na atualidade, como Kaká Werá Jecupé, Daniel Munduruku, Lia Minapoty, Olívio Jecupé, Márcia Wayna Kambeba e Graça Graúna.

Apesar da quantidade significativa de escritores indígenas de destaque na atualidade, a poética de autoria indígena é marco recente na literatura brasileira de forma geral. Historicamente, os cantos indígenas raramente eram documentados, já que, desde o período da colonização, os cronistas que primeiro registraram os costumes indígenas deram prioridade para as impressões visuais. São vastas as descrições sobre as vestimentas, pinturas corporais, ornamentos, aspectos físicos e instrumentos utilizados. Os cantos e outras formas de expressão verbal indígena vinham em último plano. Além da questão da documentação, existem divergências entre pesquisadores da área da Literatura e de outras áreas afins,

sobre os cantos sagrados serem considerados poética. Fato é que a publicação escrita e individual da poesia de autoria indígena se consolidou apenas nos anos noventa, ou seja, somente há trinta anos.

Cláudia Neiva de Matos, no artigo citado, discute os possíveis motivos de a expressão verbal indígena apresentar pouquíssimos registros nos relatos dos colonizadores. O primeiro motivo seria o fato de que as informações visuais eram mais evidentes em um primeiro contato, como em vários relatos se destaca a descrição da nudez e das pinturas, do comportamento etc. Outra razão seria a barreira linguística, um empecilho para que a compreensão verbal ocorresse. Matos explica, a partir da análise dos relatos coloniais, que alguns cronistas reagem de forma escandalizada diante dos cantos e afirmavam serem cantos sem palavras, visto que não conseguiam perceber melodias em um padrão que se assemelhasse às suas referências musicais. Portanto, a barreira linguística “não explica em todo o seu sentido a espécie de afasia que ataca a imagem do índio nessa história, nesse texto que [...] só deixa de registrar, justamente, o *texto* indígena: sua fala, sua palavra autenticada, seu nome próprio” (2012, 1).

No caso dos registros feitos pelos missionários da Companhia de Jesus, são raros os materiais que se deparam com as textualidades de autoria indígena. A maior parte dos estudos está voltada para as línguas e sua gramática descritiva, com o intuito de usá-las a serviço da evangelização. Nos séculos XVIII e início do XIX, as descrições sobre os cantos indígenas aparecem de forma depreciativa, sendo adjetivados como “canto desentoadado”, “vozear sem palavras”, “abominável berreiro” (Matos: 2012, 2-3). Foi com a independência do Brasil e a busca dos românticos por uma identidade nacional, que a visão sobre os indígenas mudou

de tom. Dessa vez, de bárbaros sem capacidades poéticas para a figura idealizada do guerreiro, nos moldes do Romantismo europeu.

O poeta e antropólogo Antônio Risério, em seu *Textos e tribos* (1993), remonta ao início do Romantismo brasileiro como um momento em que a historiografia literária começa a ser desenhada, principalmente com as figuras de Gonçalves de Magalhães, o Visconde de Uruguai. Atribui-se a ele a publicação de *Suspiros poéticos e saudades*, em 1836, o marco de início do romantismo poético. Foi nesse período que “instalou-se também o tema ou problema do índio como sujeito (e não apenas como objeto) da criação textual no Brasil” (Risério: 1993, 57). Nesse contexto, tanto Gonçalves de Magalhães quanto o escritor romântico Joaquim Norberto se destacam porque “souberam localizar, na ‘poesia dos índios’, o início da criação textual em nossos trópicos” (p. 58).

São evidentes os esforços de Magalhães, em alguns de seus textos, para desmistificar a visão negativa do índio criada pelos cronistas. Ele até mesmo critica a violência imposta no processo de colonização e o não registro da poética indígena. Porém, Antônio Risério aponta para a seguinte questão:

Há, por fim, um outro aspecto que não pode ser deixado à margem. Embora Magalhães diga, no *Discurso*, que os índios “foram e são” poetas, o caso é que, no fim das contas, ele e Norberto acabaram encarando a prática textual ameríndia como algo pertencente, em definitivo, ao passado. Repesaram para consumo próprio, na imperfeita fantasia mental que foram tecendo, um segmento – mais imaginado do que conhecido – do fluxo da vida indígena (p. 65).

O antropólogo vai além e critica o fato de que ambos os escritores, mesmo lamentando o desinteresse dos missionários do período colonial em registrar os textos tupinambás, “não se mostraram dispostos, eles mesmos, a recolher textos entre os índios seus contemporâneos – coisa que poderia ter sido feita através de extensas regiões do país, no coração das numerosas nações indígenas do século XIX” (p. 67).

São perceptíveis as contribuições de Joaquim Norberto e Gonçalves de Magalhães para o período no qual a visão do homem branco sobre os indígenas foi sendo paulatinamente alterada, visto que ambos abriram caminho para que a literatura se debruçasse sobre a figura do índio e reconhecesse a existência de uma poética indígena. Essa poética, no entanto, permaneceu sem registros, e somente nas últimas décadas do século XIX se iniciou uma pesquisa sistemática por parte de antropólogos, etnógrafos, folcloristas e historiadores sobre as narrativas indígenas.

No início do século XX, boa parte da documentação foi ampliada, com um enfoque na mitologia e na cosmologia de diversas etnias. Muitas lendas serviram de material para a escrita de algumas obras do Modernismo brasileiro, que se inspirou largamente na cultura indígena. Temos como exemplo *Macunaíma*, de Mário de Andrade, e a própria ideia da Antropofagia, recriada por Oswald de Andrade com um viés artístico e cultural, que foi o cerne do movimento de vanguarda brasileiro e até hoje é considerada por Augusto de Campos como única filosofia original brasileira. Mesmo assim, ainda não se trata de uma produção literária de autoria indígena. Para Cláudia Neiva,

as lentes pelas quais nos foi dado a ler o índio brasileiro operaram via de regra de modo desfocado e lacunar, promovendo-

do, quer pela estilização literária, quer pelo tratamento da documentação histórica, uma dupla exclusão. [...] Quanto à poesia dos índios, permaneceu quase desconhecida para nós; sobre ela formaram-se pouco mais que hipóteses, esboços hesitantes que a empobreceram e estereotiparam (pp. 5-6).

Inúmeros são os desafios quando se trata de registrar a poética indígena. O primeiro deles deve-se ao fato de que a maioria das populações indígenas brasileiras são de tradição oral. Portanto, as textualidades em versos se apresentam na forma de cantos, quase sempre ligados a uma expressividade corporal, configurando uma performance. Esses aspectos extralinguísticos, que desempenham papel essencial em muitos cantos, são de difícil registro por escrito.

Nas últimas décadas, os estudiosos de etnomusicologia foram capazes de desenvolver diversos projetos que registraram cantos de diferentes nações, mas os textos propriamente ditos, além de serem de difícil acesso, dependem muitas vezes da tradução de antropólogos. O antropólogo Pedro Niemeyer Cesarino, que se propôs a fazer a tradução de cantos em seu livro *Oniska, poética do xamanismo na Amazônia* (2011), é rara exceção. Além dele, pode se mencionar *Araweté – o povo do Ipixuna* (1992), de Eduardo Viveiros de Castro, que possui o canto de um pajé, algumas canções intercaladas nas narrativas Suruí publicadas por Betty Mindlin em *Vozes da origem* (1996) e trechos de cantos de cipó analisados por Cláudia N. de Matos em *A canção da serpente: poesia dos índios Kaxinawá* (1999).

O canto de Eliane Potiguara e o entre-lugar

Na década de 90, houve a primeira publicação de um livro de autoria indígena: *Todas as vezes que dissemos adeus* (1994), de Kaká

Werá Jecupé. Essa publicação consiste em relatos do autor sobre a sua experiência de vida desde a infância entre dois mundos, o mundo da aldeia em que vivia e o mundo branco, onde foi alfabetizado e aprendeu a escrever. No prefácio da segunda edição (2002), Kaká afirma que durante muito tempo a cultura indígena foi conhecida por meio da “voz” de antropólogos e cientistas sociais, através do olhar estrangeiro, e que pela primeira vez, com a publicação de seu livro, o universo Guarani, ao qual ele pertence, pôde ser conhecido a partir da expressão de quem está dentro.

Não há dúvida de que Jecupé abriu caminho para a publicação de outros projetos literários de autoria indígena. Dez anos mais tarde, Eliane Potiguara seria a primeira mulher indígena a publicar um livro de poesia. Interessante perceber que a história de ambos os autores apresenta similaridades. Tanto Eliane quanto Kaká cresceram em contato com o mundo branco, frequentaram escola, foram alfabetizados, e hoje fazem da escrita um instrumento de reconhecimento e valorização da cultura indígena. Para eles, a escrita tem papel fundamentalmente político, não só por a utilizarem como forma de expressão em uma sociedade que permanece de olhos vendados para as questões indígenas, mas também porque a utilizam visando à preservação ambiental e cultural.

Maria Inês de Almeida, no livro *Desocidentada, experiência literária em terra indígena* (2009), relata um episódio em que um professor da etnia Xacriabá foi capaz de expressar a dor de ser órfão durante a confecção de um livro. Acerca da função da escrita, Maria Inês faz a seguinte reflexão:

Se não é, entretanto, a serviço da dominação, para que os índios teimam em escrever? O exemplo Xacriabá nos leva

a pensar numa motivação política, mas de outra ordem, relativa à libertação, ao desrecalque de vidas passadas e presentes, de línguas emudecidas, de formas subjacentes... Como diria Maria Gabriela Llansol: “não há literatura. Quando se escreve, só importa saber em que real se entra e se há técnica adequada para abrir caminho a outros” (p. 78).

Kaká Werá Jecupé abriu caminho para a publicação de outros escritores indígenas, e Eliane Potiguara soube muito bem como utilizar a escrita para se libertar, expressando a dor carregada de geração em geração pelas mulheres de sua família. A obra que constitui o *corpus* desta pesquisa se divide em sete capítulos, sendo o primeiro deles chamado “Invasão às terras indígenas e a migração”, o qual se inicia abordando as causas que historicamente levaram os povos indígenas a serem dizimados ao longo do processo de colonização até a atualidade.

As figuras históricas de Sepé Tiaraju, líder indígena de Sete Povos das Missões e sua esposa Juçara são resgatadas, assim como a batalha contra a invasão portuguesa e espanhola que ocorreu no sudoeste do Rio Grande do Sul, em 1756, que assassinou Sepé e mais dez mil indígenas da etnia Guarani. Para Potiguara, o assassinato de Tiaraju, que deixou sua esposa Juçara viúva e a filha recém-nascida órfã de pai, é um marco histórico do início da solidão das mulheres indígenas, causada pela violência, pelo racismo e por todas as formas de intolerância, que atingiu a própria família e linhagem da poeta.

Já no século XX, dois séculos após os acontecimentos citados acima, outro homem, identificado como X, foi brutalmente assassinado a mando de uma família latifundiária do Nordeste. Esse homem era o bisavô de Eliane Potiguara. Suas quatro filhas e

o restante da família migraram para Pernambuco. Uma das filhas, Maria de Lourdes, engravidou aos 12 anos, vítima de violência sexual. Ela e sua filha Elza migraram novamente, dessa vez para o Rio de Janeiro. O tempo passou e Elza cresceu, casou-se, e teve dois filhos. Infelizmente a morte dos homens da família voltou a se repetir, seu marido morreu atropelado por um bonde. Por conta disso, a menina Eliane, filha de Elza, foi criada pela avó Maria de Lourdes.

Para que os costumes indígenas fossem mantidos e a menina pudesse ser protegida da violência e exploração sexual que circundavam o bairro em que viviam, a avó Maria de Lourdes a criou em uma espécie de cativo domiciliar, no qual a menina apenas ia para a escola e permanecia confinada em um quatinho onde moravam. Lá a avó podia repassar as narrativas de seu povo, contar a história das mulheres da família, que eram todas migrantes das terras tradicionais, e desenvolver suas práticas de cura, tratando problemas de saúde da neta e de moradores próximos.

Dessa forma, a autora traça um paralelo, nesse primeiro capítulo, entre os acontecimentos históricos que atingiram várias etnias indígenas e a sua história pessoal. De forma que a raiz dos males de sua linhagem é identificada pela autora como a invasão do território tradicional de seu povo, o assassinato de seu bisavô e a consequente migração da família. As marcas da violência vivida pelas mulheres de sua família ao longo das gerações estão fortemente presentes na poesia de Eliane, como no poema “Invasão”, que vem após os relatos da autora: “Quem diria que viriam de longe / E transformariam teu homem / Em ração para as rapinas” (2018, 30). Nesses versos, fica evidente que a invasão das terras indígenas foi o motivo de todo sofrimento. A ave de rapina, animal caçador e predatório, se torna um símbolo metafórico do homem colonizador, que se apropria

das terras, fazendo delas um objeto de exploração e utilizando os povos que nela viviam como mão de obra escrava. Na continuidade do poema, os seguintes versos “Cenário macabro te é reservado. / Para que lado tu corres, / se as metralhadoras e catanas e enganos / Te seguem e te mutilam?” ainda revelam a violência sofrida pelas mulheres indígenas, como se a dor fosse uma herança repassada de geração a geração, a dor da perda dos filhos e companheiros.

Além disso, existe uma problemática ligada ao espaço onde os indígenas desaldeados vivem, já que o meio urbano é altamente hostil, como a própria história dos antepassados da escritora revela. Nos versos finais do mesmo poema, “Quem são vocês que podem violentar / A filha da terra / E retalhar suas entranhas?” (p. 31), percebe-se que o corpo das mulheres indígenas está fortemente vinculado à própria terra, e que a invasão das terras indígenas significou a invasão do corpo feminino, a violência sexual; riscos constantes no contexto de vulnerabilidade social em que a maioria dos indígenas desaldeados se encontra.

Quando a menina criada pela avó se tornou uma mulher adulta e formada, finalmente pôde conhecer outros lugares, inclusive os que foram palco dos conflitos entre portugueses, espanhóis e indígenas no século XVIII, e onde assassinaram o líder Sepé Tiara-ju. No segundo capítulo do livro, intitulado “Angústia e desespero pela perda das terras e pela ameaça à cultura e às tradições”, Eliane Potiguara relata:

Eu senti um enorme calafrio andando pelas ruínas das missões, em Santo Ângelo, no Rio Grande do Sul, em 1978. Parecia que, nos entroncamentos, se ouviam os gritos de dor ecoando pelos ares e que as paredes estavam impregnadas

do suor da escravidão e do racismo. Assim senti quando estive lá! Meu coração esquentava de dor e minha imaginação era um pesadelo. O mesmo aconteceu quando visitei as ruínas da igreja de São Miguel e o cemitério indígena, já na área Potyguara, no estado da Paraíba, em 1979. A voz dos oprimidos ecoa igualmente em qualquer parte do mundo. E temos de ouvi-la para que a justiça se faça a qualquer momento da história (p. 46).

Nesse contexto, a poesia e os relatos de Eliane Potiguara ecoam como essa voz dos oprimidos. Por meio da poesia, Eliane consegue recriar a voz que outrora não foi ouvida, como no poema “Sepé Tiaraju”, cujos versos dizem “Eu sou rebelde / E faço questão de o ser / Tenho fome, tenho ódio / E não me deem uma metralhadora”. No dizer de Maria Inês de Almeida, a escrita “funciona como uma arma [...] que detona com um certo poder: a língua enquanto instituição” (2009, 91). Portanto, a língua é a arma poética, porque,

como discurso político, o livro demanda e provoca uma escuta. Antes da posse dos instrumentos da escrita, os índios não puderam impor sua fala, porque não havia condições de possibilidade para uma leitura do texto oral. Agora, as falas contidas nos livros indígenas recém-publicados encontram, embora transformadas, a forma visível (p. 91).

E, tratando-se de instituição, em 1987, Eliane estava à frente da articulação do Grupo Mulher – Educação Indígena, criado com o intuito de ouvir a voz das mulheres de diferentes etnias. O

Grumin,¹ além de se pôr à escuta das mulheres, tinha o objetivo de levar informações para conscientização da população indígena, incentivar a preservação dos saberes tradicionais e buscar soluções para problemas encontrados. Após alguns anos de trabalho, seminários, cursos de capacitação e projetos de desenvolvimento comunitário, o Grumin recebeu o II Prêmio Cidadania Internacional, em 1996.

Para Eliane Potiguara, a preservação da natureza só poderá acontecer se inicialmente os direitos indígenas forem reconhecidos e as mulheres respeitadas.

O meio ambiente, o território, o planeta Terra estão intrinsecamente ligados ao ventre da mulher indígena, da mulher selvagem nos dois sentidos (primeira cidadã do mundo e intuitiva) e, por isso, não haverá defesa ambiental se não se destacar a influência e o conhecimento milenar da mulher, do ser que habita esse meio ambiente. [...] Se a natureza deve ser respeitada no seu ciclo de existências e valorizadas as fases da Lua, da maré, do florescimento das árvores, da correnteza dos rios, do nascer e do pôr-do-sol, da colheita, as mulheres indígenas devem ter o mesmo tratamento (Potiguara: 2018, 57-8).

Para além dos trabalhos políticos e sociais, Eliane vê no ato de criação por meio da arte uma forma de cura individual e coletiva, a cura por meio da expressão interior, capaz de libertar o ser humano

¹ O Grumin, Grupo Mulher – Educação Indígena surgiu em 1987 no Rio de Janeiro e, posteriormente, foi ampliado na Paraíba, com o objetivo de promover cursos, seminários sobre cidadania e projetos de desenvolvimento em aldeias indígenas de vários lugares do Brasil. Atualmente, faz parte de modo integrado da Rede de Comunicação Indígena.

dos traumas e amarras psicológicas. Quando ela se refere à ideia da mulher selvagem, afirma que “nada tem a ver com historiografia, mas sim com interior humano, âmago, essência espiritual, ser sutil, a casa da alma, a ancestralidade e a intuição” (p. 59). Portanto, a ideia de selvagem e primitividade, que historicamente sustentou o massacre dos povos indígenas e era utilizada como justificativa para o etnocídio cultural, é ressignificada por meio do livro *Mulheres que correm com os lobos* (1999), de Clarissa Pinkola Estes, o qual Eliane Potiguara cita algumas vezes.

Interessante observar que a mesma visão histórica sobre os povos indígenas prevaleceu sobre sua poética. Por muito tempo, na esfera da ideologia evolucionista, acreditou-se na existência de uma “poesia primitiva” e que as poéticas dos povos tradicionais estariam em estado embrionário, enquanto a poesia clássica, europeia, ocidental seria mais sofisticada. No capítulo “O mito da poesia primitiva”, de *Textos e tribos*, Antônio Risério desmistifica essa ideia que sobreviveu até a atualidade e afirma que “não devemos chamar poesia alguma de ‘primitiva’. São muitos os caminhos da linguagem poética. Plurilineares. [...] insistir na existência de uma ‘poesia primitiva’ é cultivar uma superstição etnocêntrica” (1993, 32).

Quando Eliane Potiguara enaltece a mulher selvagem e o ato de criação, é no sentido de “mulher primeira”, que se mantém em sintonia com a terra e com os ciclos naturais, que é subversiva e resistente, que não tolera os abusos e a exploração do patriarcado, como no poema *Desilusão*, cujos versos dizem: “Por que concordar tanto / se o que se tem que dizer agora É NÃO! / NÃO à morte da família / NÃO à perda da terra / NÃO ao fim da identidade” (2018, 67). Nesses versos, fica evidente que a busca por direitos indígenas perpassa pela demarcação de terras e pela preservação dos territórios tradicionais.

No ensaio “O entre-lugar do discurso latino-americano”, Silviano Santiago cita Montaigne, que questiona, no ensaio *Dos canibais*, a ideia ocidental do que seria o “homem bárbaro”. Nas palavras de Montaigne sobre os povos do Novo Mundo, “não há nada de bárbaro e selvagem nessa nação, pelo que dela me relataram, senão que cada um chama de bárbaro o que não é de seu uso” (2009, 51). Santiago retoma a ideia de Montaigne acerca do conceito de selvagem engendrada pelo colonizador, que assim nomeia negativamente o homem autóctone da mesma forma que são os frutos que a natureza dá, quando deveria ser considerado selvagem o que se altera por meio de técnicas e artifícios. A inferioridade dos indígenas aos olhos dos colonizadores, e que era relacionada ao estado de natureza, na realidade está no objeto fabricado, no desequilíbrio científico que é fruto dos que controlam o poder.

Santiago coloca em xeque o processo de dominação da América Latina, ao argumentar que “os etnólogos [...] concordam em assinalar que a vitória do branco no Novo Mundo se deve menos às razões de caráter cultural do que ao uso arbitrário da violência e a imposição brutal de uma ideologia” (2000, 11). Na visão dos colonizadores, a dominação se dava pela superioridade cultural, quando o real motivo era o nível de brutalidade imposta sobre os povos tradicionais. Montaigne reconhecia essa realidade, ao afirmar, já no século XVI, que “podemos chamá-los de bárbaros em vista das regras da razão, mas não em vista de nós mesmos, que os ultrapassamos em toda espécie de barbárie” (2009, 62).

A questão do lugar de pertencimento é algo recorrente na poesia de Potiguara. A dor da perda das terras e a denúncia do des-caso da sociedade em relação aos povos indígenas se apresenta com frequência. O poema “Órfã”, por exemplo, denuncia a situação de muitas crianças indígenas:

Não adianta fugir dessa realidade
Quando te trazem aos braços
Uma criança que nem dois anos completos tem
E tua boca que gargalhadas davam
Ao sabor do álcool
Se cala
E emudece de vez
E te desarma
É uma criança faminta
Doente
Órfã de pais
Órfã de país

(pp. 35-6)

Ser “órfã” de país significa viver em uma sociedade que não reconhece a importância dos povos tradicionais e os enxerga de forma preconceituosa. Interessante observar a repetição de palavras nos versos finais desse poema, e a semelhança entre as palavras “pais” e “país”. Inúmeras são as comunidades que foram destruídas ao longo do processo de colonização, porém muitos descendentes dos povos tradicionais também sobreviveram, resistiram e migraram para locais distantes dos seus lugares de origem. Os versos citados acima evocam a reflexão sobre o destino desses descendentes dos povos tradicionais, crianças que perderam seus pais, que talvez tenham sido adotadas por famílias de origem étnica diferente, e assim a cultura e o contato com seu povo de origem se perderam. Não se sabe ao certo o destino desses descendentes. No caso de Eliane Potiguara, esse contato pôde ser mantido vivo e posteriormente resgatado, graças à sua avó Maria de Lourdes, a quem Potiguara dedica o livro *Metade cara, metade máscara*.

Porém, sabe-se que esse legado ancestral permaneceu vivo às custas do isolamento de Eliane durante a infância e adolescência.

São inúmeros os descendentes dos povos tradicionais desaldeados que até hoje habitam as grandes cidades e que após gerações perderam sua identidade étnica. Para essas pessoas restou apenas o testemunho vivo de seus traços físicos, lembrança distante do pertencimento de um povo que já não existe mais. É possível ir além na interpretação dos versos de Potiguara, quando se trata do conceito de “órfão”, porque nesse caso trata-se tanto da criança que perdeu seus pais, e que não encontra a proteção e acolhimento necessário da sociedade, quanto dos descendentes dos povos tradicionais, que também são órfãos do seu lugar de origem, da sua comunidade primeira. O poema “Pankararu” também apresenta a questão do lugar:

Sabe meus filhos...
Nós somos marginais das famílias
Somos marginais das cidades
Marginais das palhoças...
E da história?

Não somos daqui
Nem de acolá...
Estamos sempre ENTRE
Entre este ou aquele
Entre isto ou aquilo!

Até onde aguentaremos, meus filhos?

Nesse poema, a questão do lugar vai além das terras tradicionais ou do lugar físico que o indígena desaldeado ocupa na sociedade, mas diz respeito a um lugar ideológico e cultural. Silviano Santiago constata que o colonialismo instituiu-se por meio da “cópia, simulacro que se quer mais e mais semelhante ao original” (p. 14), sendo a cultura europeia, na visão colonizadora, o original que deve ser imitado. Porém, a nova sociedade formada a partir da mistura entre o elemento europeu e o elemento autóctone tem como principal característica o desvio da norma instituída e do ideal de pureza. Temos como exemplo o código linguístico e o código religioso, sistemas impostos por meio da dominação, que sofreram profundas mudanças nos territórios do novo mundo em contato com os povos tradicionais. Por isso, para Silviano Santiago

a maior contribuição da América Latina para a cultura ocidental vem da destruição sistemática dos conceitos de *unidade e pureza*: estes dois conceitos perdem o contorno exato de seu significado, perdem seu peso esmagador, seu sinal de superioridade cultural, à medida que o trabalho de contaminação dos latino-americanos se afirma, se mostra mais e mais eficaz. [...] Em virtude do fato de que a América Latina não pode mais fechar suas portas à invasão estrangeira, não pode tampouco reencontrar sua condição de “paraíso”, de isolamento e de inocência, constata-se com cinismo que, sem essa contribuição, seu produto seria mera cópia – silêncio (2000, 16; grifos do autor).

Nesse sentido, o canto poético de Eliane Potiguara se firma dentro dessa contribuição, como o canto-lugar dos latino-americanos

que têm sua origem ancestral nos povos tradicionais, que perderam seu território e que lutam para resgatá-lo. Trata-se do lugar da marginalidade, relegado muitas vezes aos indígenas desaldeados que vivem nas cidades, e seus descendentes. Quando criança, Eliane Potiguara e a avó Maria de Lourdes, vivendo em um bairro tomado pela prostituição, ocupavam esse lugar descrito no poema “Pankararu”, nos versos “Nós somos marginais das famílias / Somos marginais das cidades / Marginais das palhoças / ... e da história?” (2018, 62). Como poeta, Potiguara ocupa o silencioso espaço em branco da literatura brasileira que nunca se pôs à escuta da voz indígena, sobretudo das mulheres.

Partindo da visão de Santiago, pode-se perceber que os poemas de Eliane Potiguara trabalham a serviço da “contaminação” literária, visto que não seguem o padrão da poesia clássica. O próprio livro *Metade cara, metade máscara* atende a uma estrutura pluralizada, ao unir poemas e relatos de vida. O poema “Na trilha da mata”, que diz “Não me importo / Se o que escrevo / São ilusões / Não me importo / Se o que escrevo / Não são versos, / Rimas / Redondilhas...” revela uma postura própria do “entre-lugar”, que desobedece ao modelo clássico de poesia e destrói sistematicamente a norma instituída pela tradição literária.

Considerações finais

Metade cara, metade máscara constitui a primeira obra de poesia publicada por uma mulher indígena, portanto, é enorme a contribuição literária de Eliane Potiguara para a literatura brasileira contemporânea, tendo em vista que as publicações de autoria indígena ainda são recentes. Por muito tempo, a poética indígena não teve visibilidade nos registros feitos pelos colonizadores, por serem

cantos sagrados que não eram compreendidos, ou que até recentemente eram considerados objeto de estudo somente de áreas como a Antropologia.

Nesse caso, o canto de Potiguara oferece uma nova escuta, por meio da poesia escrita e do relato de vida da autora, que evoca reflexões sobre o processo de perda das terras tradicionais e o lugar ocupado atualmente pelos descendentes desses povos. A partir do conceito de entre-lugar proposto por Silviano Santiago, pode-se chegar à conclusão de que esse lugar é cultural e ideológico. Trata-se, afinal, da desestruturação sistemática da cultura europeia e dos conceitos de unidade e pureza trazidos pelo homem branco colonizador, que sofreram profundas mudanças em contato com a cultura dos povos nativos da América Latina. Nesse sentido, a poesia de Eliane Potiguara abre caminho para a escrita feminina de autoria indígena, que até quinze anos atrás, data da primeira publicação de *Metade cara, metade máscara*, constituía um espaço em branco na literatura brasileira.

Referências

- ALMEIDA, Maria Inês de. *Desocidentada: experiência literária em terra indígena*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
- CESARINO, Pedro de Niemeyer. *Poética do xamanismo na Amazônia*. São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2011.
- ESTES, Clarissa Pinkola. *Mulheres que correm com os lobos: mitos e histórias do arquétipo da mulher selvagem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.
- JECUPÉ, Kaká Werá. *Todas as vezes que dissemos adeus*. São Paulo: Triom, 2002.
- MATOS, Cláudia Neiva de. “Textualidades indígenas do Brasil”. In: FIGUEIREDO, Eurídice (org.). *Conceitos de literatura e cultura*. Juiz de Fora: UFJF, 2012.
- MONTAIGNE, Michel de. *Dos canibais*. Organização de Plínio Junqueira Smith. São Paulo: Alameda, 2009.
- POTIGUARA, Eliane. *Metade cara, metade máscara*. Lorena: DM, 2018.
- RISÉRIO, Antonio. *Textos e tribos; poéticas extraocidentais nos trópicos brasileiros*. Rio de Janeiro: Imago, 1993.
- SANTIAGO, Silviano. “O entre-lugar do discurso latino-americano”. In: SANTIAGO, Silviano. *Uma literatura nos trópicos, ensaios sobre dependência cultural*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

Resumo

O presente artigo se propõe a investigar as contribuições da publicação de *Metade cara, metade máscara* para a literatura contemporânea brasileira. Atualmente vive-se um movimento de valorização dos textos de autoria indígena, fato que ocasiona a necessidade de se olhar para a trajetória construída por Eliane Potiguara e sua poesia. Sob a luz do conceito de entre-lugar, de Silvano Santiago, pode-se compreender o lugar no qual a poética de Eliane Potiguara se inscreve e traçar um panorama do que constitui a poesia indígena na contemporaneidade.

Palavras-chave: poesia indígena; entre-lugar; trajetória; contemporaneidade.

Abstract

The present article proposes to investigate the contributions brought by the publication of *Metade cara, metade máscara* to Brazilian contemporary literature. Nowadays, with the growing interest in texts of indigenous authorship, Eliane Potiguara stands out as a very representative author, whose work invites an appreciation. In the light of Silvano Santiago's concept of entre-lugar, one can understand the place in which her poetry is inscribed and draw a panorama of what indigenous poetry means in contemporary times.

Keywords: indigenous poetry; threshold; trajectory; contemporary times.